

ATA DA OCTAGÉSIMA SEGUNDA ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA DO
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
- CONANDA

Às nove horas e trinta minutos do dia onze de julho de dois mil e um, deu-se início a Octagésima Segunda Assembléia Ordinária Descentralizada do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, presidida pelo seu Presidente CLÁUDIO AUGUSTO VIEIRA DA SILVA (FUNDAÇÃO FÉ E ALEGRIA DO BRASIL). Presentes os conselheiros titulares, NORMANDO BATISTA SANTOS (ABONG) ; MARIA STELA SANTOS GRACIANI (PUC-SP); MARIA IZABEL DA SILVA (CUT) ; MANOEL MESSIAS MOREIRA DA SILVA (MNDH); JOACIR DELLA GIUSTINA (CNBB); RACHEL NISKIER SANCHEZ (SBP); OZANIRA FERREIRA COSTA (CECRIA); JOSÉ FERNANDO DA SILVA (CENTRO DE CULTURA LUIZ FREIRE); KÊNIA AUGUSTA FIGUEIREDO (CFESS); CAIO LUIZ DAVOLI BRANDÃO (MP) ; GLAUBER MACIEL SANTOS(MS) e IVANILDO TAJRA FRANZOSI (CASA CIVIL). Presentes também, os conselheiros governamentais suplentes que assumiram a titularidade nesta assembléia: Júlio Boaventura Santos Matos (MRE); Eliana Crisóstomo (MJ) e Marilda Marfan. Esteve ainda presente a conselheira suplente não-governamental Jussara de Goiás (MNMMR). A Assembléia descentralizada e conjunta com o CEDCA-BA teve como objetivo avaliar a aplicação das medidas sócio-educativas no Estado e conhecer experiências do programa de

erradicação do trabalho infantil. Estiveram presentes uma média de cem pessoas, representando os Conselhos Estadual, Municipal, Tutelares, Justiça da Infância e Juventude, Promotoria da Infância e Juventude, FUNDAC, representante do UNICEF, DRT/BA, PETI/BA, Defensoria Pública, Frente Parlamentar Municipal, Projeto POMMAR, Delegacia da Criança e do Adolescente, representantes das Comissões estadual e municipal do PETI entre outros. A abertura dos trabalhos da assembléia conjunta foi feita pela professora Celeste Santana, Diretora de Assistência do CEDCA. A Diretora disse ser o momento singular e privilegiado por ser a primeira vez que o Conselho Nacional vem ao Estado e se reúne com o Conselho Estadual. Ressaltou a importância da fé e da esperança e que segundo um grande sociólogo as mesmas fazem parte de uma família. Ressaltou ainda que todos os presentes fazem parte de um contexto familiar, numa constelação que facilita a sinergia para a construção do objetivo maior que é a dignidade, a não violência e a cidadania e que tratando-se de Conselhos que são instâncias privilegiadas, são mais do que essenciais para fazer a construção coletiva. Afirmou que os Conselhos carregam a dimensão política quando se trata das relações de poder, a dimensão ética quando se trata das relações de cidadania, de democracia e de liberdade, e relação metodológica quando se trata da maneira de como nós vamos construindo caminhos e agora com a ajuda e a participação de Leonardo Boff nos juntamos às dimensões a dimensão do cuidado. A professora Salete pediu permissão a todos para ler uma pequena fábula que Leonardo Boff trás no seu livro **Saber Cuidar**. Após a leitura

agradeceu a presença de todos com os votos de boas –vindas. A mesa de abertura foi composta pelo Presidente do CONANDA Cláudio Augusto Vieira da Silva, Pelo Presidente do CEDCA-BA Roberto de Oliveira Muniz e pelo conselheiro do CONANDA e representante do Fórum Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente Normando Batista Santos. O Presidente do CECA e anfitrião da Casa cumprimentou a todos enaltecendo o Presidente da Fundação da Criança e do Adolescente – FUNDAC Manoel Carlos Formigli, pelos relevantes serviços prestados. Em seu discurso o Presidente reafirmou o Estatuto da Criança e do Adolescente como instrumento fundamental que veio para enfrentar paradigmas e contrapor a exclusão social. Deu ênfase aos grandes desafios da área social, enfocando desde a primeira infância até a participação dos excluídos nas Universidades. Apresentou dados estatísticos sobre as crianças do Nordeste, publicado no Jornal a Folha de São Paulo e fez um apelo ao CONANDA para que olhasse mais para as crianças do Nordeste, ponderando que o país deve cuidar de todos para não continuar com os problemas de desigualdades regionais. O Presidente demonstrou sua preocupação no grande aumento de criação de Conselhos, propondo um estudo sobre a situação, para que num futuro próximo não se tenha uma república de conselhismo, mas que sejam fortalecidos os que já existem. Argumentou ainda, a necessidade de criação de leis de responsabilidades sociais para responsabilizar os dirigentes de programas sociais que não utilizam adequadamente os recursos nessa área e que a fiscalização deve ser feita pela sociedade. Falou ainda sobre a

importância de criar metas sociais nos debates políticos. Na oportunidade entregou ao Presidente do CONANDA documento contendo o posicionamento do Conselho Estadual dos Direitos da Bahia contra o rebaixamento da idade penal, alegando ter sido um posicionamento unânime do Conselho. Afirmou ainda, que a Bahia através do Conselho declara oficialmente sua posição contra a redução da idade penal. Finalizando, falou da importância da vinda do CONANDA ao Estado, declarando como um momento especial o acontecimento. O Presidente do CONANDA Cláudio Augusto, agradeceu a todos pela oportunidade de realização de mais uma reunião do Conselho fora de Brasília, argumentando que a vinda do CONANDA ao Estado da Bahia tem como objetivo juntar mais uma ação que mostre a visibilidade ao país sobre o atendimento ao adolescente em conflito com a lei. Parabenizou a Câmara Municipal de Salvador por ser a primeira do país a aprovar Moção contra o rebaixamento da idade penal, alegando que o CONANDA acolhe a iniciativa com muita alegria e que tal fato será repassado ao Congresso Nacional. Enfatizou o desenvolvimento de algumas ações que estão dando certo, alegando que esta questão envolve toda a sociedade, bem como a integração de todos os órgãos, caso contrário nada funcionará. Reafirmou que os adolescentes que cometem atos inflacionais não são impunes, que impunes são aqueles que querem os encarceramentos e o fim da vida desses jovens. Ressaltou que as estatísticas brasileiras sobre o assunto são vergonhosas, e que no país, dez por cento dos delitos são cometidos por adolescentes e que quarenta e seis por cento da população infanto – juvenil se encontra na miséria.

A desnutrição, as drogas e a violência urbana são as causas de cinquenta e seis por cento das mortes de crianças e adolescentes segundo dados apresentados pelo IBGE. O Presidente abordou ainda os avanços nestes onze anos do Estatuto da Criança e do Adolescente e ressaltou que os Conselhos devem ser capazes de dizer aos que não estão aqui presentes que todas as crianças e adolescentes devem ter as mesmas possibilidades e que isto só se dará com a implantação dos Conselhos de Direitos e Tutelares. Com relação a IV Conferência Nacional o Presidente do CONADA falou dos objetivos e do pacto pela Infância , salientando que deverão ser aprovados dez princípios para o país e que todos devem assumir o compromisso de inseri-los no orçamento de dois mil e dois para o cumprimento dos mesmos e torna-los políticas públicas e que todos devem ter a responsabilidade e a competência para reverter essa situação. Finalizando, agradeceu a acolhida de todos e reafirmou o convite para que todos participem das atividades agendadas. Dando prosseguimento aos trabalhos foi composta a mesa para Avaliação da Aplicação das Medidas Sócio-Educativas no Estado, pelo Conselho Estadual. Foram convidados para exposição dos trabalhos Manoel Carlos Formigli, Presidente da FUNDAC, Maria de Fátima Rocha, Gerente do Programa sobre medidas sócio-educativas Sara Costa-Coordenadora do Programa de Liberdade Assistida da Justiça da Infância e Juventude. O Presidente da FUNDAC Carlos Formigli- fez uma panorâmica das cinco Unidades do Estado que executam as medidas sócio-educativas e os seus devidos atendimentos: Casa de Acolhimento ao Menor - CAM , Comunidade de Atendimento Sócio-Educativo

Simões Filho –CASE (Região Metropolitana de Salvador), Unidades de Brotas , Feira de Santana e o Centro Integrado. Apresentou dados estatísticos de cada Unidade, bem como a tipificação dos atos inflacionais cometidos. Reconhece que o estado está em atraso no que diz respeito a regionalização, estando o atendimento concentrado na capital. Esclareceu que grande parte dos adolescentes cumprindo medida sócio-educativa de internação é de Ilhéus, devendo a mesma ser priorizada para a regionalização, nos moldes da Comunidade de Atendimento Sócio-Educativo Simões Filho – CASE. Com relação a medida de liberdade assistida informou a previsão de implantação da mesma em dez cidades do interior e que isto acontecerá antes da construção da Unidade de Ilhéus. Ressaltou que embora a CASE tem sido considerada referência apresenta dificuldades, porém, tanto as dificuldades como as crises existentes tem sido administradas a contento, visto que em três anos de funcionamento não houve nenhuma rebelião. Finalizando, falou da importante parceria entre a FUNDAC e os órgãos do sistema de justiça, onde todos são responsáveis pela reinserção do adolescente, havendo um respeito mútuo para que as coisas aconteçam. A Gerente do Programa de Medidas Sócio-Educativas Maria de Fátima Rocha, fez uma breve explanação da ação da FUNDAC na aplicação das medidas de internação e semiliberdade. Apresentou a situação de cada Unidade e da proposta pedagógica que está fundamentada na ação libertadora através da pedagogia da presença. Ressaltou também sobre a formação dos profissionais e que o objetivo do dia -a- dia é atingir o aperfeiçoamento do atendimento e a formação da

consciência e que para que isto aconteça é preciso estar presente. A Gerente também ressaltou a questão das parcerias dos programas de apoio às famílias, bolsa-escola, primeiro emprego e programas de atendimento. Falou sobre a necessidade e urgência de se trabalhar diuturnamente com adolescentes e com os educadores que não tiveram uma ação libertadora e que o ideal deve ser sempre perseguido. Para a Gerente o sucesso do atendimento é a economia do sistema penitenciário. A Coordenadora do Programa de Liberdade Assistida da Justiça da Infância e da Juventude, Sara Costa, fez um resumo do atendimento dos Programas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços a Comunidade, executado pela justiça em parceria com a FUNDAC. A Coordenadora informou que foram criadas oficinas para o atendimento lúdico do adolescente e também do atendimento psicológico / psicanalítico, estímulo para frequência à escola, trabalho com as famílias e orientação para sua reinserção no mercado de trabalho. Quanto ao encaminhamento para o mercado de trabalho o programa apenas orienta mas não encaminha para que não haja estigmas. A Diretora de Assistência do CECA, Celeste Santana fez uma panorâmica da situação das Conferências Regionais, Municipais e Estadual no Estado, apresentando um calendário da realização das mesmas e informando que a Conferência Estadual está agendada para o período de vinte e três à vinte e cinco de setembro de dois mil e um. Encerradas as explanações a palavra foi franqueada aos presentes para os esclarecimentos necessários como segue: 1) Ozanira, Conselheira do Conanda – abordou a questão da disparidade entre o número da população e a

quantidade de adolescentes atendidos, indagando quais os motivos dessa disparidade; 2) Eliana, conselheira do Conanda teceu elogios à qualidade das explicações e fez as seguintes indagações aos componentes da mesa: a) se já foi delineado o reordenamento regionalizado; b) porque a justiça executa a medida de Liberdade Assistida e se ela é Comunitária; c) se há Programa de Liberdade Assistida em outros municípios; d) solicitou maior detalhamento de como funciona o Centro de Liberdade Assistida; e) questionou se oitenta por cento dos atos praticados pelos adolescentes são contra o patrimônio porque a internação dos mesmos, quando se pode trabalhar em meio aberto. Encerrando esclareceu que o SIPIA II é o que cuida do adolescente em conflito com a lei, e indagou como o mesmo vem sendo executado no Estado; 3) Cláudio, Presidente do Conanda – Esclareceu que só há um formato do SIPIA que é o do Ministério da justiça, que está sendo implantado a nível nacional e que o mesmo tem que ser implantado em todos os Estados. Todos os questionamentos foram respondidos pelos membros da mesa. Prosseguindo os trabalhos foram feitas as divisões dos Grupos compostos pelos conselheiros do Conanda e do CECA, para a visita no período da tarde à CASE e a CAM. No período da tarde os dois grupos visitaram as Unidades, objetivando avaliação do projeto arquitetônico e político – pedagógico de implementação das medidas sócio educativas nessas Unidades. Dando prosseguimento aos trabalhadores no dia doze de julho, foi feita uma breve avaliação de pontos importantes detectados nas visitas às unidades. Para esta avaliação foi composta a mesa com o Presidente do CONANDA,

o Presidente da FUNDCA e com a Juíza da Vara da Infância e Juventude. Segue abaixo o relato das observações:1) A conselheira Maria Stela fez um resumo dos principais pontos detectados durante a visita a CASE ,abordando os seguintes aspectos: **a) Projeto Arquitetônico** .O espaço onde-se dá a ambiência de interação do adolescente em conflito com a lei, é profundamente arejado, flexibilizado, com espaços numa integração entre o meio ambiente e onde os adolescentes permanecem, salas, esportes com quadras cobertas e campo de futebol e espaço para os transeuntes, sejam eles técnicos, educadores, dirigentes e os próprios meninos. Por ser dia de visitas foi observado que os espaços favorecem as visitas das famílias ,onde cada um deles pode ficar com seus familiares e os que não recebem visitas observou –se que os mesmos se sentiam tristonhos. Sugeriu que houvesse espaços pedagógicos para suprir a ausência dos familiares ou que fosse proporcionado momentos de discussão dessa relação de ausência dos vínculos familiares. Quanto ao refeitório único, concluiu que é interessante. Com relação aos banheiros foi considerado sem privacidade, tendo sido sugerido a colocação de portas. Informou que arquitetonicamente considera a melhor experiência que o CONANDA já visitou;

b) Projeto Institucional – Atua de forma sectarizada, fragmentada, mas tem uma proposta de acolhimento. Falou do projeto pedagógico fundamentado na pedagogia da presença e fez uma análise sucinta das atividades desenvolvidas pelos meninos através dos cursos profissionalizantes. 2) A conselheira Jussara de Goiás, fez a síntese dos aspectos abordados na visita a CAM .Foi informado que não houve

contatos com os técnicos e não foi visto as oficinas por não ser hora de expediente. Informou ainda, que adolescentes com diversos problemas ocupavam os mesmos espaços. Falou das péssimas condições da estrutura do prédio, considerando que não deve haver nenhuma reforma naquele local e sim transferência para outro local adequado conforme resolução do Conanda. Ressaltou que a área designada ao esporte está sendo ocupada pela Comunidade e hoje para recuperá-la é preciso que se construa muro com mais ou menos quatro metros de altura e mesmo assim se corre o risco de invasão por traficantes e de entrada de armas na Unidade. Para maior segurança a Unidade terá que ser gradeada e tudo isso exige gastos altíssimos que não devem ser feitos naquele local, reafirmando a necessidade de transferência para outro local. A conselheira disse que a diferença entre a Casa de Atendimento Sócio-Educativo Simões Filho – CASE e o Centro de Atendimento ao Menor – CAM é muito grande, é como se estivesse saindo do Estatuto e voltando para o Código de Menores. Abordou ainda a questão da poluição visual, da falta de ar, de sol, muito concreto e pouca proteção. Os quartos não possuem local para guarda dos pertences e o cheiro é muito desagradável. Denunciou a existência de crianças em situação de Abrigo dentro da Unidade e que deve ser providenciada a retirada urgente dessas **crianças** que se encontram no abrigo por estarem misturadas com os adolescentes infratores. O Presidente do CONANDA abordou as questões funcional e salarial dos servidores, havendo divergências, pois os servidores da Casa de Atendimento ao Adolescente – CAM são concursados e os da CASE, são terceirizados; 3) O

conselheiro Joacir fez complementações lembrando a forma de como o Senhor Secretário narrou que trata o Estatuto, bem como os relatos na CASE. Disse não entender como a Bahia pode ter experiência tão exitosa e conviver com as duas experiências tão contraditórias entre si. Considerou que a Bahia fez muito pouco para a CAM, frente as suas necessidades e que não dá para aceitar o desrespeito à dignidade humana. Enfatizou ainda que a Bahia não pode esperar; 4) A conselheira Eliana complementou a fala do conselheiro Joacir alegando a necessidade da integração das políticas , principalmente a saúde e educação; 5) O conselheiro Glauber, ressaltou a lista das piores formas do trabalho infantil; publicada através da Portaria número seis, com base na Convenção Cento e Oitenta e Dois da OIT e nestas listas encontram-se a Construção Civil , Padaria e Mecânica , relacionando-as com as duas oficinas na CASE. Alegou que não há possibilidades desses adolescentes estarem freqüentando esses cursos e sugeriu os mesmos para os maiores de dezoito anos que ainda cumprem a medida. 6) A conselheira Marilda indagou se todas as atividades da CASE, são terceirizadas. O Presidente da FUNDAC informou que as preocupações do CONANDA expressam todas preocupações dele também. O grande problema é a falta de recursos. Disse que as reformas não irão atender as necessidades e enumerou todas as dificuldades da CAM, bem como respondeu todas as indagações. Informou também que todas as atividades da CASE são terceirizadas, inclusive os cursos profissionalizantes. Disse que a CASE foi construída inteiramente com recursos do governo estadual e aproveitou para solicitar recursos

do Ministério da Justiça, para a construção da CAM. Encerrando sua fala agradeceu as contribuições do CONANDA. A Juíza da Infância e da Juventude, informou que os serventuários da justiça estão em greve, sendo esta a segunda do ano e com isso a justiça tem sofrido danos irreparáveis com a remarcação das audiências. Quanto as observações, disse estar de pleno acordo com todas elas. Ela ressaltou que espera reverter muitas das situações, com a presença e as observações do CONANDA. Para ela as Políticas Públicas necessitam funcionar urgentemente. O Presidente do CONANDA encerrou os trabalhos informando que o CONANDA enviará os relatos das visitas com as devidas observações ao governo do Estado, Justiça, Ministério Público, FUNDAC e a Secretaria de Ação Social. Agradeceu ao Dr. Formigli, a Dr^a Maria Helena e a todos os presentes. Continuando os trabalhos foi formada a mesa para o relato de experiências sobre o trabalho infantil no Estado. A mesa foi composta pelo Coordenador do PETI na Bahia, Dr. Frederico Fernandes de Souza, pela representante do Município de Valente, Sr.^a Estela Peixinho e pelo representante do Município de Santa Luz, Sr. Paulo Crisóstomos e José Pedro. Coordenaram os trabalhos da mesa os conselheiros do Conanda Glauber Maciel Santos e Maria Izabel da Silva. O Coordenador Estadual do PETI abriu os trabalhos ressaltando aspecto específicos do PETI, principalmente na região sisaleira, área prioritária estabelecida pela Secretária de Estado da Assistência Social – SEAS. Destacou a articulação estabelecida entre governo e sociedade e que neste processo o UNICEF foi um parceiro essencial e estratégico para inclusão de outros parceiros da sociedade civil e

que hoje a Comissão Estadual é composta de trinta e cinco órgão/entidades. Ressaltou ainda, que atualmente a Comissão tem caráter deliberativo e gestão paritária. O Coordenador informou que a Bahia possui a maior população rural do país. Abordou pontos relevantes como a estratégia de cadastramento, seleção de monitores da formação ampliada, capacitação de monitores, dos agentes de família e do programa de geração de trabalhos e renda. Em seguida, a Sr.^a Estela Peixinho, do Município de Valente fez o relato da experiência do PETI no seu município, apresentando de maneira sucinta e transparente a gestão do programa e apresentando dados estatísticos relevantes. Informou que os gestores do programa são conselheiros dos Direitos e da Assistência Social e que o programa é executado em parceria com o Estado. Nele as crianças aprendem a brincar, a se alimentar e a estudar. Informou ainda que o programa revelou o grande problema de educação no município. Outro ponto a ressaltar foi a importância da participação da sociedade elevando o pensamento crítico, principalmente nas mães de família que já fazem denúncias de irregularidades. A Senhora Estela enfatizou a importância da parceria e que o programa do PETI dá às pessoas oportunidades de sonharem. Os representantes do município de Santa Luz, Senhor José Paulo Crisóstomos e José Pedro, ambos representantes da sociedade civil, também reforçaram a importância da parceria com a sociedade civil para a execução do PETI. O senhor José Pedro fez resumo dos trabalhos que são desenvolvidos pela sua Gerência como reuniões com o grupo gestor, reunião de planejamento, acompanhamento das famílias, das dificuldades

encontradas , dos pontos de estrangulamentos e do processo de avaliação permanente. Na sua avaliação o PETI permite uma cultura de discussão dos problemas entre governo e sociedade e permite um processo mobilizatório no município , para solução desses problemas. Hoje há um processo mobilizatorio com as famílias, para que as mesmas freqüentem a escola. O senhor Crisóstomo ressaltou que não só o PETI mas todos os espaços devem promover a discussão dos problemas e que os Conselhos da bolsa escola e comissões do PETI ficam fragilizados sem a participação dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e de Assistência Social. Agradeceu ao CONANDA pelas conquistas alcançadas através da sua intercessão para os avanços no manual operacional do PETI. Na oportunidade os senhores José Paulo e José Pedro juntamente com diversos gestores do município de Santa Luz entregaram à conselheira Maria Izabel, documento elaborado pela a Região Sisaleira, , solicitando do CONANDA o empenho junto ao MEC, no sentido de, no mínimo, sejam assumidos os parâmetros atuais do PETI, instituição de efetivos mecanismos de participação e controle social, tipo grupo gestor ou similares e empenho junto a SEAS e MEC para que os dois programas atuem em sinergia. Isso significa que, atuando com os mesmos parâmetros os dois programas poderiam universalizar o atendimento a todas as crianças, exigindo contrapartidas do Estado e dos municípios. Assim , com recursos do bolsa escola trabalhariam a dimensão da prevenção. Os ganhos seriam um gerenciamento único ao nível estadual e municipal e o potenciamento dos recursos. O documento solicita a intermediação do

CONANDA para a abertura do diálogo com os Ministérios da Educação e Assistência Social . Após a leitura do documento os coordenadores da mesa abriram o debate tendo sido registrado os seguintes pontos: 1) Edmundo, da Comissão Municipal do PETI em Salvador – Parabenizou os representantes e fez uma breve explanação do PETI em seu município, abordando os problemas enfrentados e os baixos recursos para a sua execução; 2) Marilda, conselheira do Conanda – disse que sonhar e bom mas é difícil realiza-lo. Informou que o programa bolsa escola não pretende substituir o PETI, pois são programas com fins parecidos mas o PETI é limitado. Propôs que os gestores se articulem com o programa de educação seriada do MEC; 3) Representante do CECUP – Acha que não e só garantir a frequência na escola, mas que se tenha uma escola de qualidade; 4) Carla do Projeto POMMAR – Considera que a parceria não deve ser só na execução mas também no planejamento estratégico. Lamentou a ausências de dados e questionou como se dá a interlocução com o governo do Estado e do Município; 6) Normando, conselheiro do CONANDA – Falou da Assembléia Conjunta CMDCA/CMAS. Disse que os Coordenadores governamentais do PETI do município de Salvador não estão presentes e que ninguém assume realizar jornada ampliada. Informou também que o município de Salvador não entrou com nenhum recurso para o PETI. Propôs que seja elaborado documentos no final da assembléia para ser enviado ao Governador e Prefeito do município de Salvador; 6) Anorina, presidente do CMDCA de Itabuna – Solicitou informações sobre a ampliação do PETI para o período de dois mil e um e dois e dois

,quais os critérios a nível urbano para essa atuação; 7) José Amilton, Sindicato dos Trabalhadores Rurais – Nós entendemos que a bolsa escola é eleitoreira porque o cadastro é feito pelo prefeito e que as normas para criação e implantação dos Conselhos não são respeitadas; 8) Clodoveo Piazza, conselheiro do CONANDA – Fez a distinção de programas e política. Considera que não deve ficar só nos programas, porém ele tem que evoluir e passar para política e que essa tarefa é do Conselho Estadual dos Direitos. Abordou também a questão do cadastramento e do atraso do pagamento da bolsa do PETI; a) Maria Stela, Conselheira do Conanda – O Conanda definiu o plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, alegando ter sido um processo de construção. A conselheira destacou alguns pontos importantes do PETI, que podem considera – los como política, porque tem sensibilidade política, mobilização social, participação comprometida e organização popular .10)Antonio, conselheiro Tutelar de Salvador. Parabenizou o CONANDA e o pessoal do interior. Abordou a questão do cadastramento e o atraso no pagamento da bolsa. Todos os questionamentos foram respondidos pelos participantes da mesa. Encerrando o debate os convidados fizeram suas considerações finais; José Paulo Crisóstomos falou das contradições do programa bolsa escola e sugeriu a integração do PETI e da bolsa escola. Reafirmou também a necessidade de repensar o programa. A senhora Estela Peixinho informou que o planejamento foi feito integrado com a educação. Finalizando, a conselheiro Maria Izabel falou do documento do CONANDA sobre bolsa escola, enviado ao MEC e sobre o convite ao Secretário do

Programa bolsa escola para discutir o assunto na assembléia do CONANDA. Disse que o documento recebido será remetido para a Comissão de Políticas públicas do CONANDA. Tendo em vista a greve dos Policiais Militares de Salvador a assembléia do CONANDA foi transferida para o auditório do Hotel Bahia do Sol, que por motivo dos arrastões e saques os estabelecimentos públicos e privados e o comercio local foram fechados, havendo a dispensa dos servidores e dos trabalhadores que estavam prestando serviços. A entrevista coletiva com a imprensa local marcada para o dia treze de junho também foi cancelada pelos mesmos motivos. **Reunião das Comissões Temática.** No período da tarde as comissões Temáticas se reuniram para tratar de assuntos específicos de suas áreas de atuação.

Relato dos Trabalhos das Comissões Temáticas: 1) **Comissão Temática de Políticas Pública / Quarta Conferência Nacional.** O coordenador da Comissão Organizadora da Quarta Conferência Nacional apresentou os ajustes da programação da Conferência, tendo a mesma sido debatida e aprovado encaminhamentos tais como; envio dos documentos sobre o PETI e Plano Nacional de Enfrentamento da Violência e Exploração Sexual de Criança e Adolescentes aos CEDCA's; adequação dos horários da Conferencia ao apagão; agendamento dos palestrantes; adequação das mesas de debate; definições das experiências exitosas; solicitação aos Estados de dados sobre o SIPIA e sobre Conselhos; convites às autoridades; definição dos coordenadores das plenarinhas e do coordenador e sistematizador geral; aprovação do grupo de adolescente do exterior para participar da Conferência Nacional;

adequação dos custos da Conferência; participação dos adolescentes no início e final da Conferência Nacional, e os demais assuntos específicos serão tratados na própria conferência deles conforme foi definido na proposta pedagógica a ser apresentada na assembléia do mês de agosto; apresentação da proposta pedagógica e orçamentária da conferência dos adolescentes na próxima assembléia do Conanda, rejeição da logomarca criada pelo Senhor Carlos Magno e contatos com o Senhor Ivonio para criação de nova logomarca; levantar possibilidade de colocar poema em forma de painel ou banner ; inclusão da logomarca da ANDI nos materiais da Conferência Nacional e logomarca do Conanda nos materiais da ANDI. Com relação a participação do CONANDA na reunião de cúpula pela criança, o Presidente irá manter contatos com o Secretário de Estado, Dr. Saboia para saber quais as possibilidades de inclusão do CONANDA. Quanto ao convite para assembléia do CONANDA no Rio Grande do Norte, deverá ser enviado correspondência informando sobre a sua impossibilidade. 2) **Comissões Temáticas de Orçamento e Finanças/ Medidas Sócio - Educativas** – O conselheiro Manoel Messias fez o relato dos trabalhos abordando os pontos que seguem; Pendências – a) a Secretaria Executiva deverá solicitar à Deputada Rita Camata ou a UNAFISCO copia do projeto em tramitação sobre doação de imposto aos fundos; b) o conselheiro Caio informou que permanece a isenção do imposto de renda no valor de seis por cento para pessoas físicas e um por cento para pessoas jurídicas; c) a visita ao Estado do Rio Grande do Sul para tratar do SIPIA e monitoração do convênio fica adiada para o

mês de setembro, tendo em vista a possibilidade de ser realizada assembléia do CONANDA naquele Estado; d) impossibilidade do remanejamento de recurso do Plano Nacional de Combate a Violência para atender outras regiões como Caruarú, uma vez que este plano beneficia somente as regiões metropolitanas. **Visita e audiência em Montes Claros:** A Comissão informou que a realidade em Montes Claros (internação em selas) é realmente preocupante e que a audiência realizada com a presença dos Conselheiros, Governo e Legislativo deliberou pela elaboração de um documento pela comissão de medidas sócio educativas o qual deverá ser assinado conjuntamente CONANDA e conselhos de Montes Claros. O documento conterá recomendações que objetivam o fortalecimento dos Conselhos, a imediata elaboração por parte dos governos locais de uma política de atendimento, a urgência de construção de um centro para internação de forma descentralizada e a desativação das atuais selas transformando-as em delegacia especializadas na área da criança e do adolescente. A Secretária Executiva deverá enviar cópia do documento para o DCA e aos órgãos do judiciário de Montes Claros e do Estado (corregedoria, presidente do Tribunal de Justiça) e no caso da justiça lamentar a ausência de representantes locais na audiência pública realizada, apesar do convite oficial do CONANDA. A comissão manteve ainda contato com o jornalista Chico Pinheiro que sugeriu pautar um programa televisivo na Rede Globo tratando da situação em que as crianças e adolescentes são tratadas nas dependências de internação. O foco pode ser a história de vida dos adolescentes em Montes Claros e também as contradições na

Bahia, Unidades da Comunidade de atendimento Sócio- Educativo Simões Filho (Região Metropolitana de Salvador) e Casa de acolhimento ao Menor – Salvador, que possuem estruturas e políticas diferenciadas, sendo a CASE que atende as recomendações do ECA e a CAM que mantém o modelo do Código de menores. A conselheira Maria Sela irá manter contatos com os jornalistas Heródoto Barbeiro da CBN e Gilberto Dimenstein para articular a entrevista. A conselheira Kênia deverá fazer a monitoração das deliberações contidas no documento de Montes Claros e a Secretaria Executiva oficiará o monitoramento. **Visita às dependências da CAM e da CASE em Salvador – Bahia** - As conselheiras Maria Stela e Ozanira farão relatório da visita a CASE e os conselheiros Cláudio e Messias farão o relatório da CAM e enviarão aos conselheiros para aprovação até o dia 30 de julho e posteriormente ao Governo da Bahia. O conselheiro Normando ficará responsável pela monitoração das medidas que serão implementadas a partir das sugestões do CONANDA ao Governo da Bahia e a Secretaria Executiva – oficiará ao Estado as funções do conselheiro. **Visita ao ACRE.** O Presidente do Conanda informou sobre a visita realizada as unidades de atendimento as medidas sócio – educativas onde verificou que as instalações são precárias e baseadas no código de menores. O Presidente informou que o atendimento ao Estado ficará condicionado a aprovação do projeto de construção / reforma, já solicitados ao DCA à definição e implantação de uma política integral de atendimento à criança a ao adolescente, incluindo abrigo, convivência familiar, etc...Com relação ao repasse dos recursos do

CONANDA para reforma e capacitação, ficam suspensos até as medidas sugeridas e acordadas serem implementadas, devendo o CONANDA e o DCA colocarem-se a disposição para ajudar o governo e os Conselhos neste processo de planejamento. A conselheira Eliana informará ao DCA as medidas adotadas pelo CONANDA.

Parâmetros para as Medidas Sócio – Educativas – conforme o CONANDA vem verificando em suas visitas aos Estados e também pela informações recebidas, há uma grande relevância e urgência em definir parâmetros que oriente a aprovação de projetos de construção de unidades de internação e outras políticas de medidas sócio - educativas. Para tanto foi constituído Grupo de Trabalhos composto pelo CONANDA, DCA e FONACRIAD, para elaborar uma proposta de parâmetros. Este Gt fará reuniões mensais um dia antes das Assembléias Ordinárias do CONANDA. A comissão propõe a contratação de um profissional para sistematização das deliberações do GT e elaboração de documentos contendo os parâmetros aprovados pela plenária. A Secretária Executiva ficou incumbida de solicitar a indicação dos representantes do DCA e FONACRIAD para compor o grupo e as conselheiras Maria Stela e Eliana farão levantamento de documentos sobre o tema para subsidiar os trabalhos do grupo. **Convênio:** Ficou distribuído entre os conselheiros os projetos recebidos dos Estados sobre Campanha Educativa Sistema de Garantia de Direitos para análise e parecer. O projeto do Rio de Janeiro sobre Medidas Sócio- Educativas foi aprovado pela Comissão, ficando a Secretária Executiva encarregada de manter contatos para os tramites legais de convênio. **Expedientes** - a) o Ministério da

Cultura indeferiu a solicitação de apoio financeiro à Quarta Conferência b) encaminhar cópia do documento de visita da OAB à FEBEM de Bauru contendo denúncia de irregularidade ao CONDECA, Ministério Público, Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social – SEAD- SP, FEBEM- SP e dar conhecimento à OAB; c) os conselheiros Fernando e Eliana deverão analisar com urgência textos sobre rebaixamento da idade penal, objetivando uma publicação sobre o tema em parceria com o DCA. **Abaixo – assinado sobre rebaixamento penal** – Foi aprovado pela plenária realizar audiência na Câmara dos Deputados no mês de agosto ou setembro com a presença de todos as Frentes Parlamentares dos Estados e a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal, ficando responsável pelo agendamento a conselheira Jussara de Goiás e a Secretária Executiva do CONANDA. O conselheiro Fernando falou da participação do Presidente em Pernambuco, no evento sobre a redução da idade penal e pela correta aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente, onde foram colhidas assinaturas. Sugeriu que fosse solicitados aos Estados a coleta de assinaturas durante a realização das Conferências Municipais e Estaduais 3) **Comissão de Articulação/ Conselhos**. O conselheiro Normando abordou a questão da participação do CONANDA no Encontro Nacional de Conselhos Tutelares, ficando decidido aguardar o convite oficial para decisão. Quando ao pedido de financiamento o CONANDA não poderá contribuir porque não dispõe de recursos. Com relação a avaliação da feitura do documento final dos parâmetros ficou para ser decidido na próxima plenária. Foi

proposto e aprovado a publicação de acordos internacionais, Estatuto da Criança e do Adolescente, folderes e outros, com recursos de manutenção do CONANDA. O presidente informou sobre as observações feitas pelo Dr. José Ricardo da Fundação Bento Rubião e observações feitas pelo conselheiro Olympio sobre os parâmetros. Para sanar as dúvidas sobre o assunto foi aprovado convidar um constitucionalista para revisão do documento. Os conselheiros Eliana e Caio ficarão responsáveis para encaminhar o assunto. No que tange a Cartilha sobre Conselho Tutelar elaborada pelo DCA, ficou decidido repassar cópia aos conselheiros da Comissão para sugestões e aprovação na assembléia do mês de agosto. A conselheira Eliana informou sobre a formação do Grupo de Gestão para o SIPIA e a conselheira Ozanira argumentou que ela já havia sido indicada para participar do Grupo. Com relação ao documento recebido pelo governo do Distrito Federal foi aprovado repassá-lo aos conselheiros Olympio e Marcos para análise e resposta. Foi informado também sobre documentos recebidos do Fórum Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Paraíba denunciando o não funcionamento do CEDCA daquele Estado, pelo fato do Governador não ter considerado legal o processo de eleição dos conselheiros não governamentais. Com isso não efetivou a posse dos mesmos, tendo sido encaminhado pelo Fórum **Petição** ao Ministério Público. Ficou deliberado oficial ao Ministério Público recebimento do documento. A conselheira Ozanira informou que a Comissão de articulação não vem funcionando a contento pela ausência de seus componentes, solicitando reavaliação do seu funcionamento. A

conselheira Marilda propôs que a nova Diretora do DCA promova reunião com os conselheiros governamentais. O conselheiro Caio propôs que os trabalhos sejam melhor sistematizados para melhor aproveitamento e racionalização do tempo. A conselheira Maria Stela também propôs a revisão das Comissões. Ponderou que houve aglutinação das comissões objetivando a melhoria do funcionamento, porém ressalta que a natureza de uma é bem diferente da outra. Propõe planejamento para melhor funcionamento das mesmas. Alegou que a vinda das comissões um dia antes da assembléia não deve ser regra mas exceção. Para a conselheira Eliana ampliar para mais um dia os trabalhos se torna complicado para os conselheiros governamentais. O conselheiro Fernando não considera falta de planejamento mas sim de participação. Propõe reunião com todos os conselheiros para adequação da dinâmica de trabalho. Para o conselheiro Júlio o afastamento de mais um dia fica complicado para os representantes governamentais, principalmente agora que foi reduzido a carga horária de trabalho por causa do apagão. A conselheira Maria Izabel propôs um reflexão sobre o assunto e depois um pacto de funcionamento.

Assuntos Gerais 1) O Presidente propôs a todos que os convites para representação do CONANDA devem ser dirigidos a Secretaria Executiva do CONANDA que o repassará à Presidência, tendo a mesma sido aprovada. Lembrou à todos sobre as propostas da deputada Federal Ana Corso para parecer na próxima plenária. Com relação ao Projeto do Senador Pedro Simon, solicitou para que a secretaria repasse copia aos conselheiros e atribuiu aos conselheiros Maria Stela e José Fernando

parecer sobre o mesmo; 2) A conselheira Ozanira informou que a coordenação de pesquisa do CECRIA solicita reunião com o grupo de trabalho sobre seqüestro de crianças, para informações de como lidar com essa situação e de que forma a pesquisa que está sendo feita pelo CECRIA poderá subsidiar o grupo de trabalho. A conselheira Eliana informou que os trabalhos do GT possui uma dimensão maior e permeia outras ações porisso propõe que o GT se reúna um dia antes da assembléia para discutir os objetivos e depois decidir como irá atuar 3) o conselheiro Caio informou que já foram repassados os limites orçamentário para os ministérios referente ao orçamento de dois mil e dois e sugeriu que os conselheiros responsáveis para negociar o orçamento discutam com o Ministério da Justiça para fins de negociação desses limites; 4) A conselheira Eliana propôs convidar a coordenação da Autoridade Central para apresentação do programa na assembléia de setembro ou outubro, tendo a mesma sido aprovada; 5) A conselheira Maria Izabel propôs discutir o programa bolsa escola na assembléia de agosto, bem como convidar a Gerência do PETI para participação do debate. O assunto foi amplamente discutido, tendo sido aprovado o convite ao Secretário Executivo do programa bolsa escola para apresentação e discussão do mesmo na data proposta. A conselheira informou também que na Lei nº dez mil e noventa e sete existe um artigo explicito onde diz que os CMDCA's devem fiscalizar o trabalho do adolescente aprendiz, ressaltando a necessidade do CONANDA elaborar resolução para o cumprimento da lei. A conselheira se propôs elaborar minuta agregando o MTE e o MEC. **Avaliação da**

Assembléia Descentralizada – Encerrando os trabalhos da Assembléia Descentralizada foi feita avaliação do trabalho conjunto tendo sido registrado o que segue; 1) conselheiro José Fernando – considerou a assembléia entre os dois Conselhos ótima e que vai embora muito contente com a experiência da CASE, considerando – a uma cidade, com casa, igreja, praça. Disse que o CONANDA pode dizer à sociedade que eles foram capazes de construir; 2) Conselheiro Normando – considerou muito bom o trabalho conjunto. Considerou muito mais importante a visita a CAM, principalmente junto com o Poder Público e lamentou a questão da greve que confinou o Conselho no Hotel; 3) conselheiro Ivanildo – Ficou preocupado com as justificativas. Para ele está na hora de fazemos alguma coisa. Acha que o CONANDA deve ser super informado e mobilizar – se para construção de nova unidade para a CAM; 4) conselheira Marilda – A experiência da CASE deve ser divulgada pelos onze anos do Estatuto; 5) conselheira Ozanira – A comemoração dos onze anos é o CONANDA estar aqui discutindo com a participação integral de cinquenta por cento dos conselheiros governamentais, considerando um fator muito positivo. Quanto a CASE considera uma visão diferente e que o espaço induz o adolescente pensar diferente. Quanto a CAM deve ser revista e o CEDCA deve pensar essa questão; 6) O conselheiro Caio – nós tivemos hospitalidade apesar da greve. Ressaltou que o Estatuto é ainda uma criança, o adolescente ainda está sendo construído. Deveria estar destruindo as unidades antigas e construindo o novo; 7) O conselheiro Joacir – O estatuto nesses onze anos mostrou que pode dar certo através

de experiências iguais a CASE; 8) conselheira Maria Stela – Das assembleias descentralizadas a de Salvador teve uma serie de méritos como a pauta que mostrou as experiências, os proponentes da CASE não podem admitir só uma CASE, temos que lutar pela destruição da CAM, fortalecer o CEDCA e a justiça nesta destruição. Parabenizou os organizadores da pauta, alegando que a assembleia será um marco na história do CONANDA; 9) conselheiro Júlio – Não concorda com a forma de transformação do CAM. Ressaltou que o Estado não pode ser mudado porque nunca foi testado. Propõe levar a Conferência imagens que possam tocar as pessoas; 10) A conselheira Kênia alegou duas coisas que a marcaram: o debate que houve na CAM e a credibilidade do CONANDA. Temos a responsabilidade de um processo de construção, considerando importante quando recebem o CONANDA como exemplo de parceria. Afirmou que quando o controle social passa a ser percebido aumenta a responsabilidade do Conselho; 11) conselheira Eliana – Ressaltou que a receptividade, a integração dos conselhos, justiça e Ministério Público foram muito importantes. Disse que os referenciais são os mais deferentes possíveis e que esta visita deu oportunidade de novo olhar. Disse que a CASE está no caminho certo mas que tem muito a avançar. Em termos arquitetônico tem poucos reparos a fazer, quanto ao atendimento disse não ter dados suficientes, porque não sentou – se com o corpo técnico da Unidade para obter esse dados. Disse ter estranhado a ausência desses profissionais. Para ela a avaliação foi positiva, tendo inferências de algumas coisas, mas ainda ficou faltando. Ficou claro que não há integração das Políticas

Públicas e que essas políticas não estão atendendo os adolescentes, ressaltando que a Bahia precisa integrar essas políticas. Avaliou que tem adolescentes de outras municípios que não deveriam estar ali e que é necessário avaliar. Em termos arquitetônicos é a melhor, mas em termos de oficina não, porque muitas não tinham vida. Disse ter ficado preocupada com a proposta pedagógica e que há questionamentos neste sentido. 12) conselheira Saturnina achou a experiência muito gratificante; 13) Luiz – também confessa que não viu proposta pedagógica; 14) O conselheiro Normando – informou que a Justiça da Segunda Vara tem problemas sérios de boicote dos trabalhos. O Centro de Defesa está tentando firmar parcerias; 15) Presidente Cláudio – Disse estar preocupado no ponto de vista da terceirização, para ele é uma interrogação. Apesar do ambiente ser agradável o que o chamou a atenção no CAM foi o discurso. Disse que os operadores começam a admitir a reforma do prédio e que isto não pode ser admitido. Disse que todos criticam o número de quarenta adolescentes por unidade, mas ninguém nunca aplicou. A participação dos conselhos, a demanda do CONANDA vai crescendo, os Centros de Defesa não tem estrutura, os conselhos não tem estrutura, os que estão na ponta às vezes não conhecem o Estatuto e uma tarefa dessa envergadura não pode ter um comando pequeno. Disse que do jeito que está estão contribuindo para os desmontes. Nós apostamos em criar o controle social e para isto onze anos são poucos. Deu os PARABÉNS a todos pelos onze anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Encerrando agradeceu ao Normando pela hospitalidade. Não havendo mais nada

havendo a tratar, foi encerrada a assembléia, e para constar, eu Maria Bernadete Olivo, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada pelo Colegiado será assinada pelo Presidente do CONANDA.

CLÁUDIO AUGUSTO VIEIRA DA SILVA

Presidente